

O PATRIMÔNIO E A REVITALIZAÇÃO DO CENTRO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS.

Nadia C. Del Monte Kojio¹, Maria A. Papli², Valéria Zanetti³, Friedhilde M. K. Manolescu⁴

^{1,2,3,4} Programa de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional - UNIVAP, nadia_cdmk@hotmail.com, papli@univap.br, vzanetti@univap.br, frida@univap.br

Resumo- O objetivo do artigo é o de constatar a importância da preservação do patrimônio histórico para a revivificação da cidadania e da história de um povo e demonstrar sua utilização pelo poder público municipal para a revitalização econômica de áreas urbanas. Voltado à área central da cidade de São José dos Campos, busca realizar uma discussão acerca de temas relacionados à formação e o desenvolvimento desse município e de conceitos relacionados à área de patrimônio cultural e do planejamento urbano. Esse tema faz-se relevante, pois embora a noção de patrimônio tenha aparecido no Renascimento, como espaço da memória coletiva, ele vem sendo recorrentemente utilizado como ferramenta capaz de atrair investimentos e valorizar áreas antes desvalorizadas, pela localização geográfica e pelo desinteresse para a especulação imobiliária.

Palavras-chave: Planejamento Urbano, História, Patrimônio Histórico, Capitalismo, Revitalização.

Área do Conhecimento: VI – Ciências Sociais Aplicadas

Introdução

Diante do mundo globalizado, compreender a dinâmica capitalista no espaço urbano e a importância do patrimônio histórico como ferramenta da população como espaço de resistência e de revivificação de sua história, memória e cidadania e do planejador para a reorganização desse espaço, torna-se importante.

O conceito de Patrimônio, ligado à identidade surgiu na Europa renascentista e foi se modificando ao passar dos anos. Como elemento de identidade, o patrimônio tem o objetivo de permitir aos povos sua identificação em um espaço e tempo determinados. Ele é o instrumento humano capaz de criar espaços de reforço uma vez são os patrimônios que dão significação aos espaços.

Com o crescimento das cidades e com a necessidade de sua reorganização visando atender às necessidades, em especial do capitalismo, o qual necessita constantemente de criar e recriar espaços diferenciados para sua manutenção, a questão do patrimônio histórico torna-se fundamental para a compreensão das diversas concepções de preservação que foram sendo assumidas por essa economia.

O patrimônio, legitimador da cultura e da memória coletiva da população, passa a ser constantemente resignificado e revalorizado. O patrimônio preservado é apropriado pelos órgãos públicos, que tenta fazer dele, também um bem, um bem de valor econômico. Por vezes, o poder público se distancia dos objetivos da preservação,

que é o de reforçar a memória coletiva. Em algumas ocasiões, o patrimônio se torna objeto de espetacularização dos espaços urbanos através de marketing cultural.

Metodologia

Através de uma pesquisa descritiva e qualitativa, voltada especificamente à região central de São José dos Campos e utilizando-se referências bibliográficas nas áreas de Geografia, da História e do Planejamento Urbano visa compreender a dinâmica capitalista no espaço urbano e a importância do patrimônio histórico como ferramenta do planejador para a reorganização desse espaço, visando a construção da cidadania.

Resultados

A noção de patrimônio aparece na Renascença. É nesse período que Choay (2001) observa que os antigos monumentos passam a ser encarados pelas sociedades como patrimônio, tendo sido associado em seu início às estruturas familiares, econômicas e jurídicas, demarcando ainda um espaço e um tempo. Este conceito foi modificado e aperfeiçoado conforme as diversas necessidades sociais e urbanas.

O patrimônio foi entendido então, como ferramenta social formadora e informadora da memória coletiva. Ele está vinculado à idéia de estabilidade, de permanência e de

reconhecimento de um grupo em um espaço e tempo determinados.

“quando um grupo está inserido numa parte do espaço, ele a transforma à sua imagem, ao mesmo tempo em que se sujeita e se adapta às coisas materiais que a resistem. Ele se fecha no quadro que construiu. A imagem do meio exterior e das relações estáveis que mantém consigo passa ao primeiro plano da idéia que faz de si mesmo. Ela penetra todos os elementos de sua consciência, comanda e regula sua evolução (...) O lugar recebeu a marca do grupo, e vice-versa.” (HALBWACHS, 1990).

O patrimônio, entendido como formador de identidades se torna a fonte de significado e experiência de um povo, com base em atributos culturais. Assim, a construção da identidade depende da matéria prima proveniente da cultura obtida, processada e reorganizada de acordo com cada sociedade.

Contudo, levando-se em conta que as formas de ocupação do espaço são afetadas pelas modalidades de produção econômica que se desenvolvem nesse mesmo espaço, observamos que, com o processo de modernização, esses patrimônios, que possuem como referencial básico a memória de um espaço e de um tempo, que confere sentido ao passado de uma sociedade, passam a ser encarados também como um bem de valor comercial. Tornam-se um bem público que se direcionou politicamente para serem capazes de atrair investimentos e valorizar áreas antes desvalorizadas, pela localização geográfica e pelo desinteresse para a especulação imobiliária.

“a cidade é uma totalidade menor, dependente, ao mesmo tempo, de uma lógica local, de uma lógica nacional e de uma lógica mundial...” (SANTOS, 1993). A relação de dependência ou independência que cada cidade mantém sobre outras varia de acordo com a política estabelecida para cada região assim como de fatores endógenos a elas, como sua localização geográfica, especialização de mão-de-obra, densidade demográfica, circulação e distribuição de bens e serviços.

Conforme ao maior ou menor grau de especialização ou de organização criou-se uma escala de subordinação entre as cidades.

Essa subordinação geralmente se dá da seguinte forma: as cidades ou regiões com menor influência, se subordinam às cidades médias ou regiões mais influentes, que por sua vez se subordinam às cidades ou regiões grandes ou às cidades metropolitanas, que possuem muito mais influência. Essa subordinação embora existente, não é rígida, podendo ser alterada conforme as novas configurações capitalistas.

Ressalta-se que dentro dessas mesmas cidades, há uma nova hierarquização. Desta vez

uma hierarquização espacial, de localização, que leva em conta principalmente as questões ligadas à história de cada cidade, à importância das terras urbanas e do modo de produção (produção, circulação, e consumo).

Castells (2001), estudando a relação globalização e cultura, observa que há três formas e origens de construção de identidades, uma legitimadora, que é introduzida pelos dominantes para expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais; a segunda, de resistência, criada por atores contrários a dominação atual, criando resistências com princípios diferentes ou opostos a sociedade e por fim, a de projeto, que surge quando os atores, usando a comunicação, constroem uma nova identidade para redefinir sua situação na sociedade.

Para o autor, é obvio que há certa mobilidade entre as identidades, embora cada uma leve a resultados distintos. A identidade legitimadora origina a sociedade civil, com organizações e instituições; a de resistência forma comunidades com formas de resistência coletiva a alguma opressão e as de projeto produzem os sujeitos. Para ele ainda, as identidades dependem do meio em que foram criadas: “as identidades, em relação a como foram construídas, devem ser vistas dependentes do contexto social. Ela está inserida no surgimento da sociedade em rede, que trás a tona novas formas de transformações sociais.”

Em razão do movimento de globalização proveniente do capitalismo, que supõe novas lógicas de relação entre o centro e as periferias, há uma nova reorganização espacial. Esse novo movimento acaba se materializando em novas configurações dessas aglomerações, em uma redefinição de funções e de reconfiguração desse espaço e em uma nova cultura.

E na fala de Renato Ortiz (1998) acrescenta-se: “uma civilização promove um padrão cultural sem com isso implicar a uniformização de todos. (...) ela possui uma especificidade, fundando uma nova maneira de “estar no mundo”, estabelecendo novos valores e legitimações.”

Discussão

São José dos Campos, a partir da década de 1960, se viu diante de um grande aumento populacional resultado da aceleração da implantação de grandes indústrias em seu espaço urbano, se defrontando com a necessidade de redefinição da função de sua área central. O centro da cidade que anteriormente abrigara residências das classes mais abastadas, passou a abrigar os menos favorecidos e um grande número de lojas comerciais, órgãos públicos e espaços de lazer.

A partir da década de 1970, como resultado de transformações capitalistas, de um processo de sucessivas modernizações, o município passou a contar com dois importantes instrumentos de planejamento. Foi publicado em 1971, o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado-PDDI (PMSJC,1971) que apoiado por um programa de reorganização da cidade, determinou como função para região central do município o escoamento de produtos e pessoas e atividades predominantemente comerciais. Com esse novo direcionamento e com a ampliação do mercado imobiliário, o centro antigo, transformou-se em um pólo principalmente de atração comercial e com esse avanço do setor comercial sobrepujando as moradias que ainda resistiam nessa região central, com a expulsão de grande parte de seus moradores para regiões periféricas e com a aceleração do processo de valorização diferencial das localizações urbanas, novas aéreas residenciais e equipamentos sociais foram criados.

Corroborando a constatação acima, a Lei municipal nº 1606/71 de 13/09/1971 que implanta o Zoneamento para a cidade de São José dos Campos. Nela em seu capítulo referente à Zona central fica clara a disposição do poder municipal em centralizar o comércio no centro e dispersar outras atividades e a moradia. (CÂMARA, 2008)

Na década de 1980, com a chegada dos grandes empreendimentos comerciais e shoppings, a população mais abastada se redirecionou, tornando o centro decadente, o que nos anos posteriores levou as políticas governamentais a se voltarem para a revitalização dessa área, principalmente pela necessidade de aquecimento do comércio local.

Villaça (1996) observou que “aquilo que se chama de “decadência” é o abandono do centro pelas elites. (...) as burguesias abandonaram bastante o centro, tanto como local de diversões como de compras.”

Nesse mesmo período, na data de 20 de setembro de 1984, foi criado por Lei Municipal o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Paisagístico e Cultural do Município de São José dos Campos – COMPHAC, cuja missão é a de adotar “todas as medidas para a defesa do patrimônio histórico, artístico e cultural do município cuja conservação se imponha em razão de fatos históricos memoráveis, do seu valor folclórico, artístico, documental ou cultural, bem como dos recantos paisagísticos que mereçam ser preservados.” (FCCR; COMPHAC, 2008)

Nessa década vários bens foram considerados relevantes e preservados em diversos pontos do município, inclusive a Capela Nossa Senhora Aparecida e a Igreja São Benedito, exemplos de patrimônio que integram essa nova política urbanística e cultural.

Com o declínio dos centros urbanos, as novas políticas públicas passaram a buscar novos investimentos que colaborassem para a revitalização econômica desse espaço e diante da realidade do centro urbano de São José, então, a preservação desses dois bens acabou integrando uma nova política urbana, numa tentativa de aliar a política de patrimônio ao desenvolvimento urbano.

A necessidade de implantação dessa política para a revitalização da área central tornou-se mais evidente nos últimos anos. Foi realizado um programa visando intervenções programadas e homogêneas nas fachadas dos centros comerciais. A partir de 1997, houve uma discussão de novas formas de ocupação dessas áreas centrais, dando-se ênfase para a ocupação dos vazios urbanos, e mais recentemente a questão da preservação do patrimônio histórico se incorporou a esta nova política.

A Capela Nossa Senhora Aparecida, preservada pela lei municipal nº 3366/88, de 11 de agosto de 1988, passou a integrar os bens municipais a partir de 27 de novembro de 1997. Ela foi preservada por ser um remanescente das Capelas particulares, oriundas de determinadas práticas de tradição rural de adoração de padroeiros familiares. Tendo sido construída por volta de 1908, em substituição à Capela Nossa Senhora da Conceição Aparecida, em seu pórtico de entrada há registro de sua construção, fenômeno iniciado nas fazendas do século XVII, perdurando até início do XX, mesmo nas cidades. (FCCR; COMPHAC, 2008)

A Capela Nossa Senhora Aparecida foi restaurada e passou a abrigar o Museu de Arte Sacra de São José dos Campos. O poder político local visou revitalizar o entorno de outro patrimônio também restaurado, o mercado municipal. Restaurada em 2003, tenta-se criar um novo espaço de sociabilização e de cultura, mas ao que a população já se manifestou em não aceitar integralmente tal iniciativa. Alguns cidadãos, fixados em sua memória pessoal, identificam a Capela como local sacro, de oração e não como um Museu, laico. A preservação aqui foi positiva, a população demonstrou esse anseio, mas a identificação da Capela como museu ainda não foi realizada. Somente após a mudança de geração é que o patrimônio será identificado em sua totalidade, em seu pleno significado histórico-social. Esta situação demonstra que o trabalho com o patrimônio é uma atividade que é executada no interstício entre a memória pessoal e a coletiva, não para o presente, mas para o futuro.

No caso da Igreja São Benedito, ela é o único bem joseense tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo –

CONDEPHAAT, em 1980 e preservada pelo COMPHAC, pela Lei municipal nº 3143/86, de 09 de junho de 1986.

Esta Igreja que nunca possuiu um padre colado é denominada Igreja pelo poder público e pela própria Mitra, apenas pelo seu tamanho. Sua construção em taipa de pilão foi realizada em diversas etapas e suas obras foram concluídas em 1876. Tendo ainda funcionado como matriz provisória, devido à demolição e reconstrução da matriz da cidade, foi preservada por ser considerada o referencial da crença a São Benedito, santo de Irmandade afro-brasileira.

A Igreja São Benedito possui seu projeto de restauro aprovado pelos órgãos de preservação esperando patrocínio. Ele prevê a revitalização de seu entorno, com a remodelação da Praça Afonso Pena e alteração no circuito dos ônibus no Centro. Com sua restauração, a população visa retomar seu espaço de reunião e de encontros culturais e festivos, como a Festa de São Benedito. O poder local visa, além de criar mais um local cultural e artístico, ampliar o comércio em seu entorno, a criação de um novo polo econômico, de atração das pessoas para o centro da cidade, em busca de novas formas de sociabilização, de fomentação de uma nova cultura, de uma cultura urbana, voltada para a valorização econômica do centro. Mas ao se restaurar a Igreja e identificar seu uso, deve-se manter a atenção para questão da espetacularização da cultura, do patrimônio e do espaço, para que não se desvie o olhar da reafirmação da memória coletiva e da cidadania.

Conclusão

Hoje, o patrimônio está recorrentemente mobilizado para sustentar os projetos de reconstrução de identidades e também para ajudar na criação de vantagens econômicas, servindo ainda para a construção de um espaço público vivo e capaz de criar novas sociabilidades e uma nova cultura urbana. Assim, os patrimônios continuam sendo importantes ferramentas para a restituição às cidades de seu imaginário e sua memória, devendo portanto serem preservados.

Referências

- CASTELLS, Manuel. Paraísos comunais. IN: **A era da informação: economia, sociedade e cultura: O poder da Identidade**. v.II, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Serviço de Educação e Bolsas, 2001.p.1-36.

- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: editora UNESP, 2001.

- Lei Municipal nº 2869/84, de 20 de setembro de 1984 (*Consolidada*) disponível em:

<<http://www.fccr.org.br/comphac.htm>>. Acesso em 20 abr. 2008.

- Lei Municipal no 1606/71 disponível em: <<http://www.camarasjc.sp.gov.br>>. Acesso em 28 mai. 2008.

- Capela Nossa Senhora Aparecida disponível em: <<http://www.fccr.org.br/comphac/aparecida.htm>>. Acesso em 20 abr. 2008.

- Igreja São Benedito disponível em: <<http://www.fccr.org.br/comphac/saobenedito.htm>>. Acesso em: 20 abr. 2008.

- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais, 1990. p,131-160.

- ORTIZ, Renato. Cultura e Sociedade Global. IN: **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1998. p.13-33

- PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. **Plano Diretor do Município de São José dos Campos**. São José dos Campos, 1971.

- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo, Hucitec, 1993.

- VILLAÇA, Flávio. **A responsabilidade das elites e a decadência dos centros do Rio e de São Paulo**, 1996. Disponível em: <<http://www.flaviovillaca.arq.br/>>. Acesso em 19 abr. 2008. p.2